

INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADES DOCTUM CARATINGA

VALTER SILVEIRA MELO NETO
VIVIANE DA COSTA GOULART

ADOÇÃO DO CPC PME CONTÁBIL NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: UM
ESTUDO DE CAMPO NA CIDADE DE CARATINGA/MG

CARATINGA
2017

INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA

VALTER SILVEIRA MELO NETO
VIVIANE DA COSTA GOULART

ADOÇÃO DO CPC PME CONTÁBIL NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: UM
ESTUDO DE CAMPO NA CIDADE DE CARATINGA/MG

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Contábeis das Faculdades Doctum de Caratinga como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Contabilidade Tributária
Orientador: Prof Manoel Richardson Grilli.

CARATINGA/MG

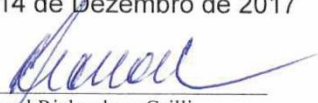
2017

TERMO DE APROVAÇÃO

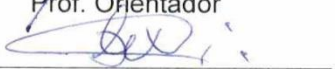
O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Adoção do CPC PME Contábil nas pequenas e médias empresas: Um estudo de Campo na cidade de Caratinga - MG, elaborado pelo(s) aluno(s) Valter Silveira Melo Neto e Viviane da Costa Goulart foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceito pelo curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS das FACULDADES DOCTUM CARATINGA, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

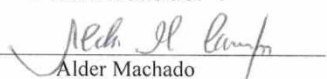
Caratinga 14 de Dezembro de 2017



Manoel Richardson Grilli
Prof. Orientador



Reinaldo Cândido
Prof. Avaliador 1



Alder Machado
Prof. Examinador 2

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em nossas vidas, ao professor Manoel Grilli que sempre nos ajudou, e às nossas famílias pela compreensão constante.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois com ele tudo é possível;
Aos meus pais Tania Aparecida e Valter Junior por não desistirem de mim;
Às minhas irmãs Luciana Ferraz e Juliana Ferraz pelo apoio;
À minha namorada por puxar minha orelha e me ajudar a estudar;
Aos meus amigos que estão sempre me apoiando e me ajudando.

Valter Neto

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades;
À minha família: minha mãe mãe Rosa Angélica, ao meu pai Carlos Alberto, minha tia Neudes e a minha prima Kellen que me ajudaram em alguns trabalhos ;
Ao meu namorado Antônio Marcos que teve tanta paciência e sempre me compreendeu quando estava cansada;
A esta instituição, seu corpo docente, direção e administração.
Ao professor Manoel Richardson Grilli, pela orientação, apoio e confiança.
E a todos aqueles que direta ou indiretamente nos ajudaram e fizeram parte da nossa formação

Viviane da Costa

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Legislação Relativa à Micro e Pequena Empresa	15
Quadro 2 – NBC TG 1000	17
Quadro 3- Causas comuns de falhas nos negócios	20
Quadro 4 Classificação dos fatores contribuintes para a mortalidade precoce	21

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Quantidade de clientes.....	23
TABELA 2 Cliente que são Pequenas e Médias Empresas (PME)	23
TABELA 3 - Nível de escolaridade do profissional responsável pela contabilidade ..	24
TABELA 4 - Pronunciamento Técnico CPC PME:.....	24
TABELA 5 – Adoção do CPC PME na elaboração das demonstrações contábeis das PMES	24
TABELA 6 - Empresas onde as demonstrações contábeis estão sendo elaboradas de acordo com o CPC PME	25
TABELA 7 - Demonstrações elaboradas para as pequenas e médias empresas	25
TABELA 8 - Mensuração dos ativos imobilizados pequenas e médias empresas	26
TABELA 9 - Mensuração dos estoques das pequenas e médias empresas	26
TABELA 10 - Critérios de depreciação dos itens do ativo imobilizado das pequenas e médias empresas	27
TABELA 11 - Dificuldades enfrentadas na adoção do CPC PME	27
TABELA 12 - Motivos determinantes na adoção do Pronunciamento.....	28

RESUMO

Em 1º de janeiro de 2010 entrou em vigor o CPC PME contabilidade para pequenas e medias empresas com a finalidade de inserir esses empresários no processo de normas internacionais. A aderência ao padrão internacional serve para melhorar a qualidade da informação contábil para seus usuários, é um processo muito importante para essas empresas sobreviverem nesse ambiente globalizado. O objetivo geral dessa pesquisa é saber quais os fatores podem influenciar os escritórios de contabilidade das pequenas e medias empresas na cidade de Caratinga/MG a adotar o CPC PME em suas demonstrações contábeis. Bem como objetivo específico conhecer os contadores que afirmam adotar o CPC PME aplicam a norma corretamente e saber quais as maiores dificuldades encontradas para a adoção desse pronunciamento. Foi aplicado um questionário aos escritórios de contabilidade da cidade de Caratinga/MG, a amostra é constituída por 23 respostas desses escritórios e foram analisadas por meio de estatística descritiva.

Palavras-chave: Contabilidade. Pequenas e Médias Empresas. CPC PME.

ABSTRACT

On January 1, 2010 came into effect the CPC SME accounting for small and medium enterprises with the purpose of inserting these entrepreneurs in the process of international standards. Adherence to the international standard serves to improve the quality of accounting information for its users, it is a very important process for these companies to survive in this globalized environment. The general objective of this research is to know what factors may influence the accounting offices of small and medium-sized companies in the city of Caratinga / MG to adopt CPC SMEs in their financial statements. As well as specific objective know the accountants who claim to adopt the CPC SME apply the standard correctly and know what the greatest difficulties encountered for the adoption of this pronouncement. A questionnaire was applied to the accounting offices of the city of Caratinga / MG, the sample consists of 23 responses from these offices and were analyzed by means of descriptive statistics.

Keywords: Accounting. Small and Medium Enterprises. CPC SMEs.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1. O que são Micro e Pequenas Empresas	13
2.2. Legislação Relativa à Micro e Pequena Empresa.....	14
2.3. Pronunciamentos NBC TG 1000.....	16
2.4. Relevâncias das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira	18
2.5. Riscos de Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas.....	19
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	22
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30
APÊNDICE 1	31

1. INTRODUÇÃO

Através da presente pesquisa constatou-se que atualmente no Brasil de acordo com o SEBRAE 99% das empresas são de pequeno e médio porte e estas são responsáveis por mais da metade (52%) dos empregos formais. Na cidade de Caratinga segundo questionários respondidos por contadores cerca de 70% das empresas são de pequeno porte. Esses dados referem-se a relevância das micros e pequenas empresas no país, que depende diretamente desses setores para seu crescimento direto, e para manter esse crescimento adequado é necessário uma gestão de contas que possam atender diversos usuários das informações atribuídas a esses setores, pertencendo diretamente a Contabilidade.

No ano de 2005 foi criado no Brasil o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) devido às necessidades de conduzir a convergência para as normas internacionais de contabilidade. O CPC centraliza esses pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações técnicas contábeis de forma democrática.

A contabilidade no Brasil foi, durante muitos anos, fortemente atrelada aos aspectos fiscais e as empresas, notadamente as pequenas e médias, elaboravam suas demonstrações contábeis basicamente para atender as exigências do fisco (KLEIN Júnior; Souza, 2013). Entretanto, com as apurações do CPC, surgiu a necessidade de uma mudança de postura dos profissionais contábeis. As mudanças foram significativas, principalmente nas demonstrações contábeis que devem ser elaboradas e registro de alguns itens.

Nesse contexto a pesquisa visa-se responder a seguinte questão: identificar se o CPC PME é adotado ou não pelo contador e quais procedimentos são adotados pelos empregados para a elaboração da demonstração contábeis na cidade de Caratinga.

Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa é identificar o uso o CPC e os meios contábeis adotados pelos escritórios de contabilidade na cidade de Caratinga em Minas Gerais, onde mais da metade das empresas são de pequeno e médio porte. Tendo com objetivo específico a análise dos parâmetros adotados pelos escritórios de contabilidade em relação as empresas de pequeno e médio porte sobre CPC.

Para a pesquisa e análise foi aplicado um questionário em diversos escritórios onde obtivemos 23 questionários respondidos, o que corresponde a 23 escritórios de contabilidade, sendo que a cidade possui aproximadamente cerca de 60 escritórios.

As principais contribuições esperadas dessa pesquisa são: oferecer conhecimento sobre o CPC, pois os estudos relacionados a esse assunto ainda é pequeno; identificar o nível de conhecimento dos contadores da cidade sobre o CPC e também o seu nível de formação e tempo de atuação na profissão.

A cidade de Caratinga possui a maior parte de suas empresas de pequeno e médio porte e inúmeros escritórios de contabilidade esperamos esclarecer através dessa pesquisa como o CPC é trabalhado dentro dos escritórios de contabilidade e com é utilizado pelos contadores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados conceitos que possibilitem a compreensão do tema proposto, abordando conteúdos relevantes para entendimento do problema, como a definição de micro e pequenas empresas, legislação relativa, pronunciamentos, relevância das micro e pequenas empresas e seus riscos de mortalidade.

No Brasil atualmente as micro e pequenas empresas possuem uma representatividade significativa diante da possibilidade de alavancar a economia do país, hoje existem cerca de 6,4 milhões de estabelecimentos, onde do total 53,4% são representadas por micro e pequenas empresas, ainda representando 52% dos empregos com carteira assinada.

Na Região Sudeste 51% dos empreendimentos são representados pelas micro e pequenas empresas. E em 2015, estudos comprovaram um crescimento de 23,34% no crescimento desse setor no estado de Minas Gerais, onde anteriormente representava 10,34% (45.342), das micro e pequenas empresas.

2.1. O que são Micro e Pequenas Empresas

As micro e pequenas empresas tem sua representatividade baseada em pequenos negócios como empresário individual, empresa individual limitada, sociedades empresárias simples, registrados nos órgãos competentes. Esses empreendimentos são escritórios, empresas familiares, franquias, associações, cooperativas, entre outras que estejam de acordo com as respectivas leis de micro e pequenas empresas.

Zangari Júnior (2007) cita Dieste (1997, p.28), a definição de micro e pequena empresa:

Uma Microempresa e pequena empresa é uma empresa que, qualquer que seja a atividade e a forma jurídica que adote, é dirigida pessoalmente por seus proprietários, possui um reduzido quadro de pessoal, não ocupa posição dominante em seu setor, não dispõe de elevados recursos econômicos, o valor de seu faturamento anual e seu capital é reduzido com relação ao setor econômico onde opera, não está direta ou indiretamente vinculada aos grandes grupos financeiros e, embora possa ter relações com outras grandes empresas, juridicamente não depende delas.

Outro fator de extrema importância na definição de micro e pequena empresa é determinar seu tamanho a partir de seu faturamento bruto anual. Portanto, a empresa que possuir um faturamento de até R\$ 360 mil é denominada de microempresa, já as que possuem seu faturamento superior a R\$ 360 mil com teto de R\$ 4 milhões e 800 mil é denominada microempresa. Outro critério de definição é pelo número de funcionários, onde as empresas que possuem até 19 funcionários são definidos como microempresas e de 20 a 99 funcionários define as pequenas empresas, em ambientes industriais, no ambiente de comércio/serviços as microempresas possuem até 9 funcionários e a pequena de 10 a 49 funcionários.

Assim, essas empresas, atualmente, representam mais de 50% do lucro do país, além de possuir uma significativa representatividade diante do número de contratados com carteira assinada, demonstrando sua eficácia diante da economia brasileira e seu impacto direto em seu crescimento.

2.2. Legislação Relativa à Micro e Pequena Empresa

Será realizada, neste contexto, uma sinopse do novo Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e as demais legislações precedentes, de modo a contribuir para o entendimento geral da evolução e mudanças relativas às micro e pequenas empresas no Brasil. Demonstrando a importância da Lei Geral para as micro e pequenas empresas perante a Constituição Brasileira, que teve como principal objetivo favorecer o desenvolvimento e competitividade levando a maior distribuição de renda, geração de empregos, fortalecimento da economia entre outros fatores, como demonstrado no quadro que se segue.

Quadro 1- Legislação Relativa à Micro e Pequena Empresa

NORMA	ABRANGÊNCIA
Lei n. 7.256, de 27 de novembro de 1984	*Normas do Estatuto da Microempresa: Tratamento diferenciado, simplificado e favorecido (área administrativa, tributária, previdenciária, trabalhista, creditícia e de desenvolvimento empresarial. -Exclusão do regime jurídico algumas atividades civis e comerciais e sociedades por ações. -Isenção de recolhimento de alguns tributos. -Mudanças nas esferas previdenciárias e trabalhistas.
Decreto n. 99.570 de 9 de outubro de 1990	*Cebrae desvinculado da administração pública, transformando-se em serviço social autônomo (SEBRAE).
Lei n. 8.864/1994	* Alteração do limite de receita bruta anual. * Tratamento jurídico diferenciado para empresa de pequeno porte. * Revogação de isenção fiscal. * Exaltou a fiscalização tributária, previdenciária e do trabalho para orientar micro e pequenas empresas.
Lei n. 1.526, de 5 de novembro de 1996	* Regulamentação do regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte. * Criação do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (Simples).
Leis n. 9732/1998 e n. 9.779/1999	Reajustes na Lei n. 1.526, de 5 de novembro de 1996
A Lei n. 9.841, de 5 de outubro de 1999	* Novo Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (lei ordinária regulamentada pelo Decreto n. 3.474, de 19 de maio de 2000).
n. 10.034/2000; a n. 10.637/2002, a n. 10.684/2003 e a n. 10.964/2004	* Ampliação de empresas que poderiam optar pelo Simples
Emenda Constitucional n. 42, de 19 de dezembro de 2003	* Regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Projeto de Lei Complementar n. 123, de 2004.	* Regulamentação do Supersimples - Apresentado o “Projeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas”
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006	* Aplicação do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.
Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006	* Novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. - Tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte referindo-se ao ingresso a um modelo simplificado de tributação. - Medidas de redução da burocracia, cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, e estímulo ao crédito. - Normas e definição de micro e pequenas empresas (receita bruta até R\$ 240 mil determina microempresa, superior e com teto de R\$ 2milhões e 400 mil é pequena empresa).
27 de outubro 2016 pela Lei Complementar nº 155	* Alterações nas regras de definições de micro e pequenas empresas. - Receita bruta total igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e para empresas de pequeno porte aufera anualmente receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

Fonte: SEBRAE (2016)

Assim, em consulta as leis e ao SEBRAE, observa-se que os principais objetivos dessas leis foram à classificação de micro empreendedor com receita bruta anual até R\$ 60.000,00, micro empresa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00, empresa de pequeno porte com receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00. Além de proporcionar um Tratamento diferenciado para a micro e pequena empresa, tratamento este que perante o processo de registro e legalização das empresas deve ser realizado um trâmite simplificado e unificado em sistema informatizado criando uma base de dados, sendo verificadas todas as etapas de implantação de uma empresa até sua baixa. Além de facilitar o recolhimento de impostos em uma única guia com o Simples Nacional, tendo como teto de faturamento R\$ 3,6 milhões, sendo recolhido oito impostos (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, IPI, CPP, ICMS e ISS) em guia única.

2.3. Pronunciamentos NBC TG 1000

De acordo com as práticas contábeis, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) realiza a emissão dos pronunciamentos para que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) oficializá-los, de modo a orientar a entidade conforme registro, evidenciação contábil e mensuração. O Pronunciamento Técnico PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas), aprovado pela Resolução do CFC nº 1.255/09, torna a NBC TG 1000 obrigatória para todas as empresas não enquadradas pela Lei 11.638/2007, como companhias abertas ou de grande porte, empresas não reguladas pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados (CFC, 2009).

Portanto, a NBC TG 1000 deve ser aplicada em todas as empresas de pequeno e médio porte, que efetuam as demonstrações contábeis para fins gerais aos diversos usuários contábeis. Deste modo, a NBC TG 1000 estabelece critérios e procedimentos simples. As pequenas e médias empresas estão sujeitas a um pronunciamento específico, criado de acordo com seu porte.

A norma citada acima está dividida em 35 seções que proporcionam uma contabilidade voltada às PME's de forma transparente e orientada. A seguir está disposto o alcance de cada seção, segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2009), referente ao APÊNDICE 1:

Quadro 2 – NBC TG 1000

SEÇÃO	ABRANGÊNCIA
1	Esta seção se refere ao uso por pequenas e médias empresas (PMEs) e descreve as características das PMEs.
2	Conceitos e Princípios Gerais
3	Apresentação das Demonstrações Contábeis
4	Balço Patrimonial
5	Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente
6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
7	Demonstração dos Fluxos de Caixa
8	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
9	Demonstrações Consolidadas e Separadas
10	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
11 e 12	Instrumentos Financeiros Básicos e Outros Tópicos sobre Instrumentos Financeiros
13	Estoques
14	Investimento em Controlada e em Coligada
15	Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (<i>Joint Venture</i>)
16	Propriedade para Investimento
17	Ativo Imobilizado
18	Ativo Intangível Exceto Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (<i>Goodwill</i>)
19	Combinação de Negócios e Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (<i>Goodwill</i>)
20	Operações de Arrendamento Mercantil
21	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
22	Passivo e Patrimônio Líquido
23	Receitas
24	Subvenção Governamental
25	Custos de Empréstimos
26	Pagamento Baseado em Ações
27	Redução ao Valor Recuperável de Ativos
28	Benefícios a Empregados
29	Tributos sobre o Lucro
30	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
31	Hiperinflação
32	Evento Subsequente
33	Divulgação sobre Partes Relacionadas
34	Atividades Especializadas
35	Adoção Inicial desta Norma

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (2009)

Às empresas que adotarem integralmente esta norma devem declarar explicitamente a conformidade em notas explicativas. Também é de extrema importância a empresa que não estiver em acordo com todos os requisitos da norma

tem que informar que a administração concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade; e cumpriu com o disposto nesta norma, exceto pela não aplicação de um requisito específico, com o propósito de atingir uma apresentação adequada.

2.4. Relevâncias das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira

A relevância das micro e pequenas empresas no âmbito social e econômico são estudadas de forma a gerar dados para afirmação da necessidade de investimentos crescentes nesse setor, sendo crescente sua valorização nacional e internacional devido ao empreendedorismo e ao fenômeno da desverticalização.

Segundo Souza (1995, p. 25), além da relevância socioeconômica, as pequenas empresas contribuem nos mais variados campos, se destacando:

- Estímulo à livre iniciativa e à capacidade empreendedora;
- Relação capital/trabalho mais harmoniosa;
- Possível contribuição para a geração de novos empregos e absorção de mão-de-obra, seja pelo crescimento das pequenas empresas já existentes ou pelo surgimento de novas;
- Efeito amortecedor dos impactos do desemprego;
- Efeito amortecedor das consequências das flutuações na atividade econômica;
- Manutenção de certo nível de atividade econômica em determinadas regiões;
- Contribuição para a descentralização das atividades econômicas, em especial na função de complementação às grandes empresas;
- Potencial de assimilação, adaptação, introdução e, algumas vezes, geração de novas tecnologias de produto e de processo.

Portanto, de um modo geral, as micro e pequenas empresas possuem grande destaque e valorização devido a possuírem uma gestão mais dinâmica e acessível, além da geração de empregos e geração de renda, sendo importante tanto no campo econômico como no campo social.

Segundo Chiavenato (2008, p.3):

As pequenas empresas constituem o cerne da dinâmica da economia dos países, as impulsionadoras do mercado, as geradoras de oportunidades, as proporcionadoras de empregos mesmo em situações de recessão. Boa parte da oferta de empregos nos países adiantados provém das empresas de pequeno porte, ao passo que as grandes empresas estão reduzindo seus quadros de pessoal.

Os avanços no âmbito das micro e pequenas empresas ocorreram a partir de 1988, quando buscou-se o associativismo como forma de interlocução perante governos e empreendimentos. Assim, foram criados diversos sindicatos de forma a criar-se uma base de apoio ao crescimento dessas novas empresas. Com isso, nos anos 2000, esse novo setor pôde gerar metade dos empregos formais contabilizados no país, sendo que em 2008, os pequenos negócios correspondiam a 51% dos empregos de carteira assinada, em média 20% do produto interno bruto do país.

Assim, nos anos seguintes, as micro e pequenas empresas demonstraram certo crescimento de empregos e aumento de sua produtividade, estando ligado diretamente com a expansão das atividades econômicas e outros avanços que o país obteve neste período. Atualmente, as MPE's são de grande importância para a manutenção do desenvolvimento econômico de forma a inovar no mercado produtivo, por meio de novas tecnologias e o avanço constante de métodos de gestão além de contribuir com a redistribuição de renda, sustentabilidade e crescimento contínuo do mercado.

2.5. Riscos de Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas

Como mencionado em vários estudos, embora o índice de mortalidade das PME's estar apresentando certa queda com o tempo, no Brasil esse índice tem sua expressividade, sobretudo no estágio inicial do empreendimento, induzindo o empreendedor a considerar os fatores de risco para a mortalidade de uma empresa.

Chiavenato (2008, p. 15) cita que “nos novos negócios, a mortalidade prematura é elevadíssima, pois os riscos são inúmeros e os perigos não faltam.” Perante o exposto ele indica algumas das possíveis causas de mortalidade nas empresas, apresentadas no Quadro 3:

Quadro 3- Causas comuns de falhas nos negócios

Inexperiência- 72 %	Incompetência do empreendedor
	Falta de Experiência de campo
	Falta de experiência profissional
	Experiência desequilibrada
Fatores econômicos - 20 %	Lucros insuficientes
	Juros elevados
	Perda de mercado
	Mercado consumidor restrito
	Nenhuma viabilidade futura
Vendas Insuficientes - 11 %	Fraca competitividade
	Recessão econômica
	Vendas Insuficientes
	Dificuldade de estoques
Despesas excessivas - 8 %	Dividas e cargas demasiadas
	Despesas operacionais
Outras causas – 3 %	Negligencia
	Capital insuficiente
	Clientes insatisfeitos
	Fraudes
	Ativos insuficientes

Fonte: Chiavenato (2008)

A criação de empresas está ligada diretamente a fatores de risco que podem contribuir para sua manutenção perpetuante ou mesmo sua mortalidade. Um desses fatores é o despreparo de pessoal para gerir o negócio, a não realização de pesquisa de mercado, instabilidade diante das mudanças mercadológicas, erros de gestão, baixa demanda de produtos/serviços. Outros fatores que são de responsabilidade governamental são as elevadas cargas tributárias, a falta de políticas públicas para novos negócios, falta de financiamento com taxas adequadas e a burocracia.

Fabres *et al.* (2016) cita Ferreira e Santos (2008), as causas que contribuem para a mortalidade precoce das micro e pequenas empresas são variados e os estudos realizados indicam diversos sentidos. Assim, dividiram os fatores que contribuem para a mortalidade em três grandes blocos de variáveis, conforme o Quadro 4:

Quadro 4 Classificação dos fatores contribuintes para a mortalidade precoce.

1. O empreendedor	2. O negócio	3. O ambiente externo
<ul style="list-style-type: none"> • Competência na gestão empresarial • Experiência no ramo • Nível de escolaridade • Profissionalização da relação com sócios 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso ao crédito • Mão de obra qualificada • Planejamento estratégico • Suporte jurídico e contábil • Qualidade de produtos e serviços • Inovação em produtos e serviços 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia legal e fiscal • Competição dos concorrentes • Demanda dos clientes <ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores, representantes, distribuidores e parceiros • Carga de impostos e tributos

Fonte: Fabres *et al.* (2016)

Em 2004 o SEBRAE realizou um estudo com o intuito de analisar as taxas e causas de mortalidade das empresas brasileiras, assim pôde-se observar que a taxa de mortalidade para as empresas com até dois anos de existência é de 49,4%; até três anos de existência, 56,4%; e até quatro anos de existência, 59,9%. Obteve-se essas taxas de mortalidade apresentadas a partir de causas bem específicas como: inexistência de perfil empreendedor ou pouco desenvolvido, falta de planejamento, má gestão, falta de apoio governamental como políticas públicas, falta de crescimento da economia brasileira, falta de conhecimentos gerenciais, instalações inadequadas, etc.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para realizar este estudo foi feito um levantamento dos escritórios de contabilidade Caratinga/MG, o qual revelou uma população de mais ou menos 60 empresas contábeis na época da pesquisa (Novembro de 2017). Em posse do banco de dados, o questionário foi entregue aos escritórios pessoalmente, convidando os contadores a participar da nossa pesquisa.

O questionário contém 13 perguntas de múltipla escolha e foi feito de modo a permitir uma caracterização do contador responsável e do escritório contábil, bem como, identificar se o CPC PME é adotado ou não. Outras perguntas procuram saber sobre os procedimentos que são realizados para a elaboração das demonstrações contábeis, afim de identificar se o CPC PME é adotado corretamente, e sobre as influencias que dificultam a adoção da norma. Os procedimentos das questões referem se à forma de mensuração e contabilização de ativos e à forma de apresentação das demonstrações contábeis.

A coleta de dados se deu no período de 10 a 23 de novembro de 2017, nesse período, fizemos uma visita pessoalmente aos escritórios de contabilidade, afim de captar o maior numero de resultados possíveis. Obteve-se 23 questionários respondidos, seus dados foram analisados por método de estatísticas descritivas, com uso de frequências absolutas e relativas.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Obtivemos um total de 23 questionários respondidos pelos contadores de vários escritórios de contabilidade da cidade de Caratinga/MG, o que corresponde a uma amostra de aproximadamente 39%. Por escritório apenas um contador respondeu o questionário.

TABELA 1- Quantidade de clientes

Cientes	Quantidade	Frequência Relativa
De 01 a 50 clientes	11	48%
De 51 a 100 clientes	5	22%
De 101 a 150 clientes	4	17%
De 151 a 250 clientes	2	9%
Mais de 251 clientes	1	4%
TOTAL	23	100%

Fonte: os autores

Como podemos ver na tabela 1 ela mostra a quantidade de clientes que cada escritório possui, a maior parte dos escritórios possui de 01 a 50 clientes algo em torno de 48% da amostra coletada, poucos escritórios possuem mais de 100 clientes se somadas as frequências relativas ficam aproximadamente 30% dos escritórios.

TABELA 2 Cliente que são Pequenas e Médias Empresas (PME)

	Quantidade	Frequência Relativa
Até 30%	1	4%
De 31% a 50%	2	9%
De 51% a 70%	5	22%
De 71% a 90%	10	43%
Mais de 90%	5	22%
TOTAL	23	100%

Fonte: os autores

A tabela 2 mostra a quantidade de pequenas e medias empresas que os escritórios de contabilidade atendem 71% dos escritórios afirmam ter mais de 51% de seus clientes PMES, mostrando que na cidade de Caratinga a maioria das empresas são PMES.

TABELA 3 - Nível de escolaridade do profissional responsável pela contabilidade

	Quantidade	Frequência Relativa
Técnico em contabilidade	1	4%
Bacharel em contabilidade	22	96%
Mestre em contabilidade	0	0%
Mestre em áreas afins à contabilidade	0	0%
TOTAL	23	100%

Fonte: os autores

Na tabela 3 procuramos saber o nível de escolaridade dos profissionais de Caratinga/MG, nos escritórios em que o questionário foi aplicado a maioria afirmou ter Bacharelado em contabilidade com 96% das amostras coletadas.

TABELA 4 - Pronunciamento Técnico CPC PME:

	Quantidade	Frequência Relativa
Tenho conhecimento de todo conteúdo do CPC PME.	13	58%
Está familiarizado com as determinações	6	26%
Domino apenas alguns poucos aspectos deste Pronunciamento	1	4%
Apenas ouvi falar ou li algo a respeito	1	4%
Desconheço o assunto	2	8%
TOTAL	23	100%

Fonte: os autores

Com relação ao conhecimento do CPC PME 58% dos escritórios afirmam conhecer todo o conteúdo, 26% dizem está familiarizado com as determinações, 4% afirmam ter domínio de poucos aspectos ou apenas ouviu falar e o mais preocupante 8% dizem não conhecer o conteúdo.

TABELA 5 – Adoção do CPC PME na elaboração das demonstrações contábeis das PMES

	Quantidade	Frequência Relativa
Sim, em todas	18	79%
Sim, em até 30% das pequenas e médias empresas	0	0%
Sim, em até 50% das pequenas e médias empresas	1	4%
Sim, em mais de 50% das pequenas e médias empresas	1	4%
Não, em nenhuma das pequenas e médias empresas	3	13%
TOTAL	23	100%

Fonte: os autores

A tabela 5 mostra que 79% dos contadores adotam o CPC PME na elaboração das demonstrações das PMES, enquanto 13% dos escritórios falaram que não adotam uma quantidade preocupante para uma região dominada por PMES.

TABELA 6 - Empresas onde as demonstrações contábeis estão sendo elaboradas de acordo com o CPC PME

	Quantidade	Frequência Relativa
Empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais	13	57%
Sociedades por ações	0	0%
Empresas com papéis negociáveis no mercado de ações	0	0%
Todas as empresas	10	43%
TOTAL	23	100%

Fonte: os autores

Muitos contadores afirmaram que aplicam o CPC PME nas demonstrações, porém percebe-se a fragilidade do conhecimento sobre esse assunto. Nas respostas obtidas pelos profissionais 57% deles acreditam que a norma deve ser aplicada apenas nas empresas de sociedade anônima e outros 43% acreditam que deve ser aplicada a todas as empresas, mas, o CPC PME diz:

Se a entidade obrigada à prestação pública de contas usar este pronunciamento, suas demonstrações contábeis não podem ser descritas como se estivessem em conformidade com a Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) – mesmo que a lei ou regulamentação permita ou exija que este pronunciamento seja usado por empresas obrigadas à prestação pública de contas.

TABELA 7 - Demonstrações elaboradas para as pequenas e médias empresas

	Quantidade	Frequência Relativa
Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado	0	0%
Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Demonstração do Fluxo de Caixa	10	43%
Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente (quando aplicável), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (quando aplicável), Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas	13	57%
Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Notas Explicativas	0	0%
Nenhuma demonstração contábil	0	0%
TOTAL	23	100%

Fonte: os autores

A maior parte dos escritórios respondeu a essa questão de forma satisfatória 57% deles elaboram suas demonstrações de acordo com o CPC PME, porém 43% o fazem de forma errônea uma quantidade alarmante de escritórios não fazem da maneira que deve ser feito as demonstrações.

TABELA 8 - Mensuração dos ativos imobilizados das pequenas e médias empresas

	Quantidade	Frequência Relativa
Considera, inicialmente, o custo original e, nos exercícios seguintes, o custo menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas	15	65%
Considera o custo histórico deduzido da depreciação acumulada	5	22%
Considera o custo menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas	3	13%
Considera o menor valor entre o valor contábil e o valor histórico	0	0%
TOTAL	23	100%

Fonte: os autores

A respeito da mensuração do ativo imobilizado, 65% dos escritórios de contabilidade responderam corretamente de acordo com o CPC PME.

TABELA 9 - Mensuração dos estoques das pequenas e médias empresas

	Quantidade	Frequência Relativa
Considera o menor valor entre o custo e o preço de venda estimado	4	17%
Considera o custo histórico	14	62%
Considera o preço de venda estimado	1	4%
Considera o menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas de vendas	4	17%
TOTAL	23	100%

Fonte: os autores

Com relação aos estoques apenas 17% responderam de acordo com o CPC PME que diz: “a entidade avalia estoques pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado, menos despesas para completar a produção e vender”. A maior parte dos contadores 62% continua usando o custo histórico para a mensuração dos estoques.

TABELA 10 - Critérios de depreciação dos itens do ativo imobilizado das pequenas e médias empresas

	Quantidade	Frequência Relativa
Está considerando uma vida útil estimada fixa para cada grupo de ativo imobilizado.	6	26%
Contabiliza a depreciação desde quando o bem entra em operação até o final de sua vida útil, independente se o bem estiver ocioso no período.	3	13%
Contabiliza a depreciação em bases sistemáticas ao longo da vida útil estimada para os ativos. Realiza revisões anuais da vida útil dos bens, independente de condições tecnológicas ou do ambiente, pois, o CPC PME traz essa obrigatoriedade.	2	9%
	12	52%
TOTAL	23	100%

Fonte: os autores

Na tabela 10 infelizmente só obtivemos 2 respostas em conformidade com o CPC PME que corresponde a 9% da amostra ao qual diz que: “a entidade deve alocar o valor depreciável de ativo em base sistemática ao longo da sua vida útil”.

TABELA 11 - Dificuldades enfrentadas na adoção do CPC PME

	Quantidade	Frequência Relativa
Falta de estrutura dos escritórios de contabilidade.	1	4%
Sobrecarga de trabalho e aumento de custos na prestação de serviços ao cliente.	5	22%
Falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes e entidades classistas	9	39%
Complexidade da norma	7	31%
Outra(s).	1	4%
TOTAL	23	100%

Fonte: os autores

Uma das maiores dificuldade encontradas pelos profissionais de Caratinga na adoção do CPC PME é a falta de divulgação e orientação por parte dos órgão competentes 39%, em segundo lugar alegaram a complexidade da norma 31%, seguida de sobrecarga de trabalho e aumento dos custo 22%, isso tudo somando um total de 92% de todas as respostas.

TABELA 12 - Motivos determinantes na adoção do Pronunciamento

	Quantidade	Frequência Relativa
Exigência de fornecedores	0	0%
Exigência de clientes	6	13%
Órgãos públicos	4	9%
Instituições financeiras	5	11%
Usuários internos	1	2%
Clientes/fornecedores no exterior	0	0%
Atendimento ao CPC	19	40%
Voluntariamente	12	25%
TOTAL DE RESPOSTAS	47	100%

Fonte: os autores

E finalmente sobre os motivos que levaram os contadores a adotarem o CPC PME a grande maioria 40% foi para atender a norma, seguida pela adoção voluntaria da norma com 25% das respostas obtidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa revelou que muitos escritórios de contabilidade da cidade de Caratinga/MG alegam ter conhecimento e adotar o CPC PME em suas demonstrações contábeis, porém nenhum dos escritórios entrevistados está realmente seguindo as determinações desse pronunciamento.

Podemos assim dizer que nenhum desses escritórios em que nós estivemos estão aptos a dizer que adotam o CPC PME nas empresas de seus clientes, como podemos ver na pesquisa, os profissionais não seguem seus requerimentos na íntegra e não conhecem seu conteúdo completamente, como pudemos observar encontramos uma transição dos profissionais rumo a essa adequação.

Sobre os fatores que influenciaram os contadores a adoção do CPC PME, a pesquisa apontou que a maioria adotou as normas para atender ao CPC e de forma voluntária. As principais dificuldades para a adoção do CPC PME relatadas pelos escritórios foram a falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes e a complexidade da norma. Vale ressaltar que os resultados apresentados nessa pesquisa limitam-se à amostra coletada.

Esperamos que essa pesquisa contribua com os estudos a respeito da contabilidade para pequenas e médias empresas, visto a grande importância delas na economia do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.255/09**, de 10 de dezembro de 2009. Aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

FABRES, S. *et al.* **A Correlação entre a mortalidade das Micro e Pequenas Empresas e o índice de Inflação no Brasil**. 2016. Disponível em: < file:///C:/Users/Natalia/Downloads/01464653177.pdf>. Acesso em: 26 set 2017.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Lei Geral**. 2016. Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/lei-geral-completa-10-anos-e-beneficia-milhoes-de-empresas,baebd455e8d08410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 26 set 2017.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Disponível em:< <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 27 set 2017.

SOUZA, M. C. A. F. **Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial**. Brasília: Sebrae, 1995.

ZANGARI JÚNIOR, J. **O Direito do Trabalho e as Pequenas e Microempresas: Uma Proposta de Tratamento Jurídico Diferenciado**. Pontifca Universidade Católica de São Paulo. **Trabalho de Conclusão de Curso**. 2007. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp041158.pdf>>. Acesso em: 26 set 2017.

APÊNDICE 1

NBC TG 1000

Seção 1 – Pequenas e Médias Empresas: Esta seção se refere ao uso por pequenas e médias empresas (PMEs) e descreve as características das PMEs.

Seção 2 – Conceitos e Princípios Gerais: Relata a finalidade das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas (PMEs) e as qualidades que tornam úteis as dados nas demonstrações contábeis e determina as definições e princípios básicos que suportam as demonstrações contábeis das PMEs.

Seção 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: Detalhamento da correta apresentação das demonstrações contábeis, o que é ordenado para que essas demonstrações estejam de acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e o que é um conjunto completo dessas demonstrações contábeis.

Seção 4 – Balanço Patrimonial: São dispostas as informações que devem ser expressas no balanço patrimonial e como demonstrá-las. O balanço patrimonial apresenta os ativos, passivos e patrimônio líquido da entidade em data especificada – o final do período contábil.

Seção 5 – Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente: Afirma que a entidade demonstre seu desempenho financeiro para o período contábil estipulado em duas demonstrações contábeis: a demonstração do resultado do período e a demonstração do resultado abrangente, dispondo também sobre dados que devem ser apresentadas nessas demonstrações e como apresentá-los.

Seção 6 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados: Abordam as exigências para a difusão das mutações no patrimônio líquido da entidade para um período tanto na demonstração das mutações do patrimônio líquido quanto, caso condições específicas forem cumpridas e a entidade escolha, na demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.

Seção 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa: Abrange dados que devem ser demonstrados na demonstração dos fluxos de caixa e como apresentá-los. A demonstração dos fluxos de caixa dispõe de informações sobre as alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade para determinado período, declarando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

Seção 8 – Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: Englobam princípios implícitos às informações que devem ser demonstradas nas notas explicativas às demonstrações contábeis e como apresentá-las. As notas explicativas possuem dados complementares àqueles apresentados no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, na demonstração do resultado abrangente, na demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa. Elas proporcionam descrições e detalhes de itens exibidos nessas demonstrações e informações acerca de itens que não se qualificam para reconhecimento nessas demonstrações.

Seção 9 – Demonstrações Consolidadas e Separadas: estabelece circunstâncias para as quais a instituição deve explicitar demonstrações contábeis consolidadas e os procedimentos para elaboração dessas demonstrações. Além disso, abrange orientações para elaborar as demonstrações contábeis separadas e demonstrações contábeis combinadas.

Seção 10 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: Disponibiliza diretrizes para a escolha e aplicabilidade das práticas contábeis; como também adere mudanças nos cálculos contábeis e correção de erros de demonstrações contábeis relativos a períodos anteriores.

Seção 11 e 12 – Instrumentos Financeiros Básicos e Outros Tópicos sobre Instrumentos Financeiros: As duas seções juntas, lidam com o reconhecimento, a reversão, a mensuração e a divulgação de instrumentos financeiros (ativos financeiros e passivos financeiros). A Seção 11 se aplica a instrumentos financeiros básicos e é

relevante a todas as instituições. A Seção 12 se aplica a outros instrumentos e transações financeiras mais complexas.

Seção 13 – Estoques: São determinados meios para o reconhecimento e mensuração de estoques e sua não aplicabilidade.

Seção 14 – Investimento em Controlada e em Coligada: Se torna aplicável para contabilizar investimentos em operações de instituições coligadas nas demonstrações contábeis consolidadas e nas demonstrações contábeis de investidor que não é o principal investidor, mas que tem investimento em uma ou mais coligadas. Aplicando-se também à condição de balanço individual com investimentos em controladas. Desse modo, emprega-se a essas controladas, no balanço individual, tudo o que nesta seção se refere a investimento em coligada, a não ser quando disposto em contrário.

Seção 15 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*): Compreende a contabilização de empreendimentos controlados em conjunto nas demonstrações contábeis consolidadas e nas demonstrações contábeis do investidor que não é o controlador, mas que tem participação em um ou mais empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*).

Seção 16 – Propriedade para Investimento: Incorpora-se a contabilização de investimentos em terrenos ou edificações que estejam de acordo com a definição de propriedade para investimento e de algumas participações imobiliárias por parte de arrendatário de arrendamento mercantil operacional que seja analisado como propriedade para investimento.

Seção 17 – Ativo Imobilizado: Refere-se à contabilidade para ativo imobilizado e para propriedade para investimento cujo valor justo não pode ser mensurado de maneira confiável sem custo ou esforço excessivo.

Seção 18 – Ativo Intangível Exceto Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (*Goodwill*): Engloba a contabilidade para todos os ativos intangíveis, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura e os ativos intangíveis mantidos por instituições para venda no curso normal dos negócios.

Seção 19 – Combinação de Negócios e Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (*Goodwill*): Refere-se à contabilidade para combinação de negócios. Além de oferecer diretrizes da identificação do adquirente, da mensuração do valor da combinação de negócios e da alocação desse valor aos ativos adquiridos e passivos e provisões para passivos contingentes assumidos. Engloba também a contabilidade para o ágio por expectativa de rentabilidade futura no momento da combinação de negócios e nos momentos subsequentes.

Seção 20 – Operações de Arrendamento Mercantil: Expõe a contabilização de todos os arrendamentos mercantis excluindo os arrendamentos mercantis para exploração ou utilização de minerais e recursos não regeneráveis; mensuração de propriedade mantida por arrendatário contabilizada como propriedade para investimento e mensuração de propriedade para investimento; mensuração de ativos biológicos mantidos por arrendatários sob arrendamentos mercantis financeiros e ativos biológicos alugados pelos arrendadores sob arrendamentos mercantis operacionais; arrendamentos mercantis que possam resultar em perda para o arrendador ou para o arrendatário; arrendamentos mercantis operacionais que se tornaram onerosos.

Seção 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: É aplicável a todas as provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, exceto arrendamentos mercantis que se tornaram onerosos; contratos de construção; obrigações de benefícios a empregados; tributos sobre o lucro.

Seção 22 – Passivo e Patrimônio Líquido: São estabelecidos os fundamentos para especificação de instrumentos financeiros como passivo ou patrimônio líquido e abordar a contabilidade para títulos patrimoniais emitidos para partes individuais ou outras partes atuando nas suas posições como investidores em títulos patrimoniais. Deve-se aplicar na classificação de todos os tipos de instrumentos financeiros, exceto: aquelas participações em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto que são contabilizados; direitos e obrigações de empregados sob planos de benefícios a empregados; contratos para recursos contingentes em combinação de negócios Essa isenção se aplica apenas para a entidade adquirente;

Seção 23 – Receitas: Aplica-se na contabilização de receitas originadas das seguintes transações e eventos: venda de produtos; prestação de serviços; contratos de construção nos quais a empresa é o empreiteiro; uso por outros dos ativos da empresa rendendo juros, *royalties* ou dividendos.

Seção 24 – Subvenção Governamental: Especifica-se a contabilização para todas as subvenções governamentais. Subvenção governamental é uma assistência dada pelo governo na forma de transferência de recursos para a instituição, em troca do cumprimento passado ou futuro de algumas condições relativas às atividades operacionais da instituição.

Seção 25 – Custos de Empréstimos: Trata a contabilização para os custos de empréstimos. Custo de empréstimos são juros e outros custos que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

Seção 26 – Pagamento Baseado em Ações: Demonstra-se a forma de contabilizar todas as transações de pagamento baseando-se em ações incluindo: transações de pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de títulos patrimoniais; transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro, transações que a instituição recebe ou adquire produtos ou serviços.

Seção 27 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Perda por desvalorização acontece quando o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. Devendo-se aplicar ao tratamento contábil de redução ao valor recuperável de todo os ativos exceto: tributos diferidos ativos; ativos provenientes de benefícios a empregados; ativos financeiros; propriedade para investimento mensurada pelo valor justo; ativos biológicos e produto agrícola relacionados com a atividade agrícola mensurado pelo valor justo menos as despesas estimadas de venda.

Seção 28 – Benefícios a Empregados: São formas de remuneração viabilizada por uma instituição em troca dos serviços prestados pelos seus colaboradores, incluindo diretores e administradores.

Seção 29 – Tributos sobre o Lucro: Abrangem todos os tributos nacionais e estrangeiros que são baseados nos lucros tributáveis. Os tributos sobre o lucro

também incluem tributos, como os retidos na fonte, que são devidos por controlada, coligada ou empreendimento controlado em conjunto nas distribuições para a entidade que divulga as demonstrações contábeis.

Seção 30 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: A instituição pode atuar em atividades no exterior de duas maneiras: transações em moeda estrangeira ou operações no exterior. Assim, a instituição pode relatar suas demonstrações contábeis em moeda estrangeira. São determinados como incluir as transações em moeda estrangeira e as operações no exterior nas demonstrações contábeis e como converter as demonstrações contábeis para moeda de apresentação.

Seção 31 – Hiperinflação: 31.1 a 31.15 Eliminados

Seção 32 – Evento Subsequente: Define-se eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração e divulgação desses eventos.

Seção 33 – Divulgação sobre Partes Relacionadas: Exige-se que a instituição inclua nas suas demonstrações contábeis as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que seu balanço patrimonial e seu resultado tenham sido afetados pela existência de partes relacionadas e de transações e saldos existentes com tais partes.

Seção 34 – Atividades Especializadas: Fornece direcionamento sobre a divulgação contábil nas instituições de pequeno e médio porte no tocante a três tipos de atividades especializadas – agricultura, atividades de extração e concessão de serviços.

Seção 35 – Adoção Inicial desta Norma: Aplica-se às instituições que adotarem pela primeira vez esta NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, independentemente das políticas e práticas contábeis anteriormente adotadas.

Siqueira (2017) cita Santa (2012), é com perspectivas sobre o desenvolvimento das PME's e sua relevância na economia do país, contribuindo com a geração de

empregos que a NBC TG 1000 se faz indispensável, oferecendo através de seus procedimentos uma gama de informações, auxiliando a gestão e possibilitando ao pequeno empresário a visibilidade da real situação da empresa e de sua tomada de decisão.